

CAPÍTULO 4

A COABITAÇÃO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

REPRESENTAÇÕES E COMPORTAMENTOS DOS PORTUGUESES SOBRE A CONJUGALIDADE: ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE

No caso português, como ficou anteriormente referido, o tema da coabitação está ainda pouco estudado. Neste capítulo proceder-se-á a uma análise sociográfica, com base nos recenseamentos da população, da coabitação em Portugal. Mas antes disso, e no sentido de contextualizar os dados obtidos através dos censos de 1991 e 2001, procuraremos fazer o ponto da situação sobre o que se conhece das uniões informais na sociedade portuguesa, tendo como pano de fundo dados e interpretações acerca deste e outros aspectos das relações familiares contemporâneas. A fim de se conseguir uma análise mais intensiva, tentaremos, na medida do possível, articular a informação estatística, ainda que parcelar¹, com os resultados de algumas pesquisas realizadas dentro e fora do nosso país. Os trabalhos que abordam a coabitação em Portugal, embora não tenham esta problemática como alvo principal das suas investigações, contribuem para dar visibilidade ao fenómeno, ao mesmo tempo que procuram explicar os processos de mutação que atravessam a família actualmente.

Em «Portugal que Modernidade?» (Almeida *et al.*, 1998), o conjunto de autores que analisa as transformações ocorridas no nosso país ao nível das relações familiares, procura responder a um conjunto de questões, entre as quais destacamos as que se interrogam sobre a especificidade e diversidade dessas mudanças: “Apresentaremos

¹ Com o objectivo de se conseguir uma análise mais aprofundada acerca das características dos coabitantes e das tendências dominantes do fenómeno em Portugal, tentou-se obter uma série de dados não publicados pelo INE. Após vicissitudes várias, estas resultaram, por um lado, em atraso quanto ao pedido de orçamento, tendo-se este revelado mais tarde incompatível com os recursos disponíveis e, por outro, numa resposta negativa (por haver, segundo o INE, perda de anonimato) quanto ao pedido de dados ao abrigo do protocolo entre o INE e o Observatório de Ciência e Tecnologia.

algumas especificidades face a outros países europeus ou seguimos, pura e simplesmente, as tendências evolutivas desses países? (...) Caminhamos, afinal para um novo modelo de família ou assistimos antes à coexistência de uma pluralidade de formas familiares?” (op. cit. : 41).

Começando pelo fim, e respondendo de forma breve à última questão, a análise dos principais trabalhos realizados nos últimos vinte anos no âmbito da sociologia da família portuguesa e que colocam a ênfase nas relações entre famílias e meios sociais, revelam uma pluralidade de formas, estratégias e situações familiares, tanto no passado como no presente. Além disso, concluem os autores, o modo como é vivida a relação do casal também tem vindo a mudar, desdobrando-se numa diversidade de modelos de conjugalidade, com reflexos tanto ao nível das representações como das práticas.

Mais recentemente, o recurso a uma análise extensiva da vida familiar, a partir de um inquérito representativo, ao nível do continente, de famílias de casais com filhos (Wall *et al.* 2000),² permitiu identificar seis tipos de família conjugal: os tipos paralelos, paralelo familiar, bastião, fusão aberta, confluyente e associativo. Uma das principais conclusões desta pesquisa aponta precisamente para a diversidade da vida conjugal e familiar. Conforme sublinham os seus autores, nenhum dos tipos de interacção familiar identificados, em diferentes contextos sociais, se revelou predominante, existindo antes uma certa proporcionalidade na forma como eles se distribuem na sociedade portuguesa (Wall e Aboim, 2002: 29).

Quanto à questão das especificidades, a análise comparativa dos principais indicadores demográficos mostra também, a par dos estudos referidos, a coexistência de dinâmicas de modernidade e de tradicionalismo, as quais caracterizam a evolução da família em Portugal.

Referindo apenas os aspectos mais directamente relacionados com o tema da coabitação, é possível verificar que a nossa taxa de divorcialidade relativamente baixa quando comparada com os países da Europa do Norte (e alta no contexto dos países da Europa do Sul), não deixa de registar uma subida significativa desde os anos 70 até ao presente. No que concerne à nupcialidade, apesar das nossas taxas permanecerem das mais

² Este projecto, “Famílias no Portugal Contemporâneo”, foi coordenado por Karin Wall e constituído por uma equipa de vários investigadores: Ana Nunes de Almeida, Maria das Dores Guerreiro, Piedade Lalanda, Isabel André, Pedro Vasconcelos, Vanessa Cunha, Rodrigo Rosa e Sofia Aboim.

elevadas a nível europeu, os portugueses tendem a casar menos, e mais tarde, e o número de casamentos católicos baixou nos últimos anos³.

Conhecendo a importância dos «capitais» das mulheres nos novos comportamentos conjugais, é de salientar as transformações ocorridas no nosso país ao nível da presença feminina no mercado de trabalho e relativas ao aumento do nível de escolaridade das mulheres. No que respeita ao primeiro aspecto, e segundo dados do Eurostat, em 1995 Portugal era o sexto país com níveis mais elevados de actividade profissional das mulheres, logo a seguir à Dinamarca, à Suécia, à Finlândia, ao Reino Unido e à Áustria (Almeida *et al.*, 1998: 47, 50 e 57).

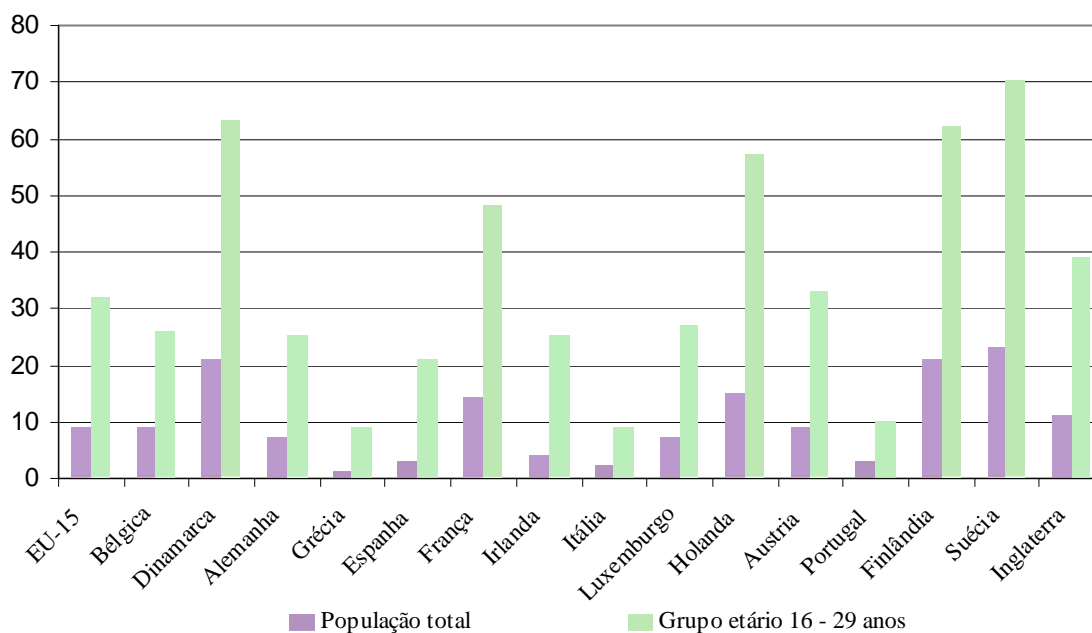
O prolongamento da formação escolar e a inserção profissional mais tardia dos jovens, os investimentos mais elevados realizados nestas esferas, nomeadamente por parte das mulheres, levam os portugueses a casar mais tarde, à semelhança do que acontece noutros países, e provavelmente pelas mesmas razões, entre outras, a opção por formas de conjugalidade menos rígidas, como é o caso da coabitação, terá tendência para aumentar.

Observando apenas a nossa dinâmica interna, não deixa de ser significativo o crescimento de nascimentos fora do casamento, o que indicia a existência mais frequente, sobretudo na zona da Grande Lisboa e no sul do país, de novas formas de entrar e de viver a conjugalidade: as uniões de facto, a sucessão de coabitações temporárias e até mesmo a existência de casais mantendo casas separadas (op. cit.: 46).

A análise da extensão do fenómeno coabitação mostra, contudo, um nítido contraste entre Portugal, e de uma maneira geral os países do Sul da Europa – Itália, Grécia, Espanha – e os países da Europa do Norte ou ainda países como a França ou a Suíça⁴.

³ No que diz respeito à taxa de nupcialidade, esta desceu de 7,0 para 5,4 casamentos por mil habitantes, de 1992 para 2002, equivalente a um decréscimo de 28% (Cf. INE, Estatísticas Demográficas, 2002). Para não sobrecarregar o texto com a apresentação de dados estatísticos, optámos por seguir de perto os trabalhos de síntese que focam os aspectos referidos. Para além de Almeida *et al.*, 1998, podem ser ainda consultados os seguintes: Almeida, Ana Nunes e Karin Wall (2001), “Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança” in J. M. Brandão Brito (org.), *O País em Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias: 277-307; Almeida, A. N. e K. Wall (1995), “A Família” in E. Sousa Ferreira (org.), *Portugal Hoje*, Lisboa, INA: 31-53; Almeida, A. N. e Maria Dores Guerreiro (1993), “A família” in Luís de França (org.), *Portugal – Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, IED.

⁴ Na Suíça, dados obtidos a partir de um grande inquérito longitudinal iniciado em meados dos anos 70, indicam que 65 % dos jovens casados tinham iniciado a sua vida conjugal pela coabitação (Kellerhals *et al.*1982).

Gráfico 1 - Percentagem de casais a viver em coabitação, 1997

Fonte: Painel de Agregados Domésticos da União Europeia (ECHP), versão de Setembro de 2001 in *Anuaire Eurostat 2002, Comissão Europeia: 34*

De acordo com os dados divulgados pelo Eurostat (ver gráfico 1), a média de casais coabitantes para o conjunto dos países da união europeia era de 9 % em 1997; essa percentagem sobe para 32% nas faixas etárias mais jovens dos 16 aos 29 anos (Portugal 10%). O valor médio da coabitação em Portugal (3%), aproxima-se dos países do Sul europeu (Espanha 3%; Itália 2%; Grécia 1%) e da Irlanda (4%) mas distancia-se dos países do Norte da Europa tais como a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia onde a coabitação ultrapassa os 20%, bem como dos países do Centro onde a coabitação atinge valores intermédios (França e Holanda cerca de 15 %; Reino Unido 11%; Áustria e Bélgica 9%; Alemanha e Luxemburgo 7%).

Apesar da coabitação em Portugal não se encontrar tão desenvolvida nas gerações mais jovens, a coabitação com filhos parece atingir os níveis de alguns países do centro europeu, nomeadamente a Holanda, a Alemanha, o Luxemburgo e a Bélgica, pelo menos a julgar pela menor incidência que têm nesses países os nascimentos fora dos laços institucionais (Rosa, 2000). Sabendo que no nosso país os nascimentos à margem do casamento são maioritariamente provenientes de casais coabitantes (Ferreira e Aboim, 2002), Portugal apresenta nesse mesmo ano, 1997, o valor mais elevado (20%) face a esse

conjunto de países do centro, colocando-se ainda à frente dos países do sul como a Espanha e a Itália com, respectivamente, 11% e 8%⁵.

Os dados obtidos em Portugal através do último recenseamento, indicam que os indivíduos a viver juntos sem estarem casados constituem ainda uma minoria estatística – o valor médio nacional da coabitação é actualmente de 4%. Para os mais jovens, com menos de 20 anos, apenas 0,9% declaram viver em união de facto, e dos 20 aos 24 anos apenas 4,6% vivem em união informal, situação que contrasta nitidamente com a generalidade dos países europeus onde a coabitação está largamente difundida nas faixas etárias mais jovens; dos 25 aos 29 anos, o número de coabitantes não ultrapassa os 7,2%.

Quais as razões que levam a que em Portugal, à semelhança do que acontece noutros países mediterrânicos, a coabitação não seja um fenómeno tão recorrente?

Anália Torres, referindo-se sobretudo aos jovens, avança com um tipo de explicação: o «tabu da sexualidade». Coabitar seria uma forma de, socialmente, se “afirmar o que todos sabem mas não querem dizer nem reconhecer explicitamente: que fora do quadro institucional, a sexualidade se vivência ao arrepio das normas e valores tradicionais que defendem a virgindade antes do casamento”. No nosso país o casamento funciona ainda como uma forma de controlo da sexualidade dos jovens, em particular das raparigas (Torres, 1997: 209).

Se ao nível das práticas, a coabitação em Portugal está longe de constituir uma opção amplamente difundida, embora tenha aumentado e haja hoje cerca de 380 mil pessoas a viver em casal sem recurso ao casamento, segundo o Censo de 2001, ao nível das representações a ideia de coabitar antes do casamento recolhe a simpatia dos jovens que ainda não casaram, como mostram as conclusões de vários inquéritos (Torres, 1997; Vasconcelos, 1998a)⁶.

⁵ A percentagem de nascimentos fora do casamento na Holanda, na Alemanha, no Luxemburgo e na Bélgica varia entre 16% e 19%. Curiosamente, a Irlanda com níveis médios de coabitação próximos dos países do Sul, apresenta, tal como Portugal, uma percentagem relativamente elevada de nascimentos fora do casamento (27%), equivalente ao da Áustria, embora na Irlanda, ao contrário do nosso país, a coabitação entre os jovens esteja mais difundida, como pode ser observado no gráfico 1; a França e o Reino Unido têm percentagens elevadas, à volta dos 40%, só superadas pela Dinamarca e Suécia (Eurostat, *Living Conditions in Europe: Statistical Pocketbook, 1999* cit in Maria João Valente Rosa (2000), *Notas sobre a população – a quebra do número de casamentos, Análise Social* n° 156: 793).

⁶ Ver ainda o inquérito promovido pelo IED em 1983, c.f. J. Machado Pais (1985) «Família, Sexualidade e Religião», *Análise Social*, n° 86; o inquérito realizado pelo ICS à Juventude Portuguesa, c.f. J. Machado Pais *et al.*, (1988), *A Juventude Portuguesa: Situações, Problemas, Aspirações* (8 vols.), Lisboa, ICS; mais recentemente, em 1994, o inquérito aos jovens

Ainda no plano das representações dos portugueses sobre a conjugalidade, os resultados de diferentes pesquisas indicam que o casamento tende cada vez mais a ser desvalorizado enquanto laço formal (Almeida *et al.*, 1988; Torres, 2002). As investigações que apontam para uma nítida desvalorização da dimensão institucional da relação conjugal dizem sobretudo respeito, é necessário sublinhá-lo, à população da região metropolitana de Lisboa⁷. No entanto, a perspectiva desinstitucionalizada surge igualmente a nível nacional⁸ quando se observa que 80 % das mulheres e dos homens inquiridos são de opinião que “o casamento em si mesmo tem pouca importância, o que importa é o bom relacionamento entre as pessoas” (Torres, *op. cit.*: 61-62). Quando analisada sob o ponto de vista do nível de instrução, sexo e idade, esta perspectiva varia⁹, embora se mantenha um relativo consenso sobre o significado do casamento e da conjugalidade relativamente à valorização dos aspectos intrínsecos da relação, em detrimento das lógicas exteriores à conjugalidade e à defesa da simetria na família e no trabalho. Acontece, porém, que as representações e os comportamentos dos portugueses não se encontram no mesmo patamar, ou melhor, revelam uma combinação específica de valores, práticas e atitudes. Um exemplo desta combinação diz respeito à tendência para desvalorizar o laço formal ou institucional mas ao mesmo tempo assumir o compromisso jurídico do casamento. Outro dos paradoxos diz respeito à divisão do trabalho doméstico e profissional, uma vez que os portugueses, em comparação com os seus congéneres europeus, estão entre aqueles que mais consideram que as mulheres devem trabalhar fora de casa em pé de igualdade com os homens e, simultaneamente, são os que menos repartem as tarefas domésticas com os seus pares (Almeida *et al.*, 1988).

Karin Wall e Sofia Aboim concluem por sua vez, a partir dos resultados de outro grande inquérito realizado em 1999 ao nível do continente, que “em todos os meios sociais

do concelho de Loures, c.f. J. Ferreira de Almeida *et al.*, (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui*, Câmara Municipal de Loures.

⁷ Nomeadamente o inquérito aos jovens do concelho de Loures (*op.cit.*), a investigação sobre “Políticas sociais e aspectos sócio-educativos e da guarda das crianças na Grande Lisboa” (*cit. in* Almeida, A.N. e outros, 1998: 67) e ainda, a pesquisa que tem como temática central o casamento e que resultou, entre outros aspectos, da aplicação de entrevistas em profundidade a homens e mulheres da Área Metropolitana de Lisboa (Torres, 2002).

⁸ Trata-se de um inquérito dirigido a 1700 homens e mulheres de idades entre os 20 e os 50 anos realizado em 1999. Informações mais detalhadas sobre esta investigação podem ser consultadas em Anália Torres, 2002, pp. 57 - 74.

⁹ As posições femininas são mais “modernas”, tal como a maior adesão às posições não institucionalistas e simétricas aumentam com o nível de instrução e diminuem com a idade (inquérito de 1999 *cit. in* Torres, 2002: 60-61).

se fez sentir, sobretudo a partir de meados de oitenta (...), o distanciamento face a uma matriz de família instituição no seu sentido mais tradicional”, baseada em acentuadas diferenciações de género, prévia e normativamente codificadas, e na indissolubilidade do laço conjugal (Wall e Aboim, 2002: 33).

Vários factores contribuem para explicar a aparente descoincidência entre as representações dos portugueses sobre a conjugalidade e as suas práticas, em particular por parte dos sectores urbanos, dos mais jovens e dos protagonistas dos valores mais modernistas¹⁰ (visão desinstitucionalizada da conjugalidade, acento na relação e na igualdade entre o casal), relativamente aos quais se poderia esperar uma maior adesão à prática da coabitação.

Vale a pena determo-nos um pouco sobre o eventual desfasamento entre uma visão desinstitucionalizada dos laços conjugais, pelo menos de alguns sectores da sociedade portuguesa, e a opção maioritária pelo casamento, dadas as implicações que esta questão tem no fenómeno coabitação.

O estudo de Anália Torres sobre o casamento mostra que a maioria dos portugueses casa pelo religioso ou pelo civil, em vez de coabitar, mas as suas motivações obedecem mais a lógicas ritualistas e pragmáticas do que a convicções religiosas e reveladoras do apego à instituição. Inclusive, muitos dos que optam pelo casamento religioso fazem-no principalmente por ser uma “cerimónia bonita e festiva que consagra um momento importante” (Torres, 1997 e 2002).

“Casar? Por que não?”, expressão que dá título a um artigo (Torres, 1997), parece resumir a atitude predominante dos portugueses, em especial dos mais jovens, face à entrada na conjugalidade. Esta atitude não significa necessariamente indiferença, nem tão pouco uma posição ideológica a favor ou contra a instituição do matrimónio, mas antes uma atitude pragmática de avaliação dos prós e contras, tendo em conta o contexto mais imediato da família e o contexto social, e até jurídico, mais alargado – nada, portanto, que diga respeito ao essencial que são os aspectos intrínsecos da relação do casal, nomeadamente o primado da afectividade. Trata-se aqui, para alguns, de poder usufruir da «beleza» do ritual e dos efeitos de visibilidade (e também estatutários) que o casamento proporciona, enquanto que para outros casar, em vez de viver junto, significa uma atitude

¹⁰ De uma maneira geral, os grupos mais qualificados em termos académicos e profissionais e que aderem, alguns, a estilos de conjugalidade do tipo associativo (Aboim e Wall, 2002: 32).

cómoda para não levantar problemas com a família, mas num contexto em que todos sabem, à partida, que os custos do casamento, nomeadamente o da sua indissolubilidade, deixaram de ser um constrangimento.

As representações e as práticas dos portugueses face à conjugalidade, identificadas nas investigações a que fizemos referência, devem ser entendidas no âmbito dos processos de desinstitucionalização e privatização do casamento, tendências comuns aos restantes países europeus, mas que no caso português assumem características específicas que resultam da articulação entre dinâmicas tradicionais e modernas. No caso particular dos jovens, a cedência à vontade dos pais e, de uma maneira geral à pressão social, constitui um indicador de que a coabitação na sociedade portuguesa, ao contrário do que acontece noutros países, não é ainda uma prática totalmente aceite, sobretudo nas regiões do país onde ela está pouco difundida, e que é vista até com alguma suspeita, com reflexos evidentes na forma de viver a dois das gerações mais jovens.

Os resultados dos últimos recenseamentos e de inquéritos recentes realizados no nosso país mostram, com efeito, que a coabitação tem vindo a aumentar, embora seja uma situação ainda minoritária e mais frequente nos sectores mais instruídos, de escalão etário intermédio e localizados a sul do país (Ferreira, 2003; Torres, 2002). “No Norte e no Centro tende-se a valorizar mais a institucionalização das relações. Aí casa-se mais, menos se coabita, menos filhos há fora do casamento, mais se insiste no casamento católico e menores são os valores do divórcio” (Torres, op. cit.: 59-60).

Retomando o tema do controlo da sexualidade das mulheres jovens por via do casamento, faz sentido pensar que este é um dos factores que do lado das dinâmicas culturais de cariz mais conservador, aliado, porventura, à maior dificuldade dos jovens portugueses em aceder à independência económica, contribui para explicar os níveis mais baixos da coabitação no nosso país. Enquanto que nos países do Norte e Centro europeu, a coabitação perspectivada como uma etapa de selecção de parceiros tem grande incidência nas camadas mais jovens,¹¹ em Portugal, as mudanças informais de parceiro e a sucessão de experiências sexuais, são ainda encaradas como uma ameaça para a reputação das raparigas. Na pesquisa de Anália Torres sobre o casamento, foi possível constatar que para muitos pais a ideia de divórcio é mais facilmente aceite, e considerada menos grave para a

¹¹ Em todos os países da União Europeia, a coabitação é mais expressiva nas gerações mais jovens, havendo casos de países como a França, a Holanda, a Finlândia, a Dinamarca e a Suécia, onde a percentagem de pessoas com 16-29 anos a viver em união consensual é cerca de 50% (caso da França) e acima dos 60 % (ver gráfico 1).

reputação das filhas, do que a ideia de coabitar e descoabitar sem estar casado (Torres, 2002: 83).

A questão de saber se a coabitação corresponde no nosso país a uma fase de transição que antecede o casamento ou se os portugueses tendem a assumir a união de facto como um estilo de conjugalidade alternativo ao casamento e de longa duração, encontra suporte empírico na investigação coordenada por Karin Wall “*Famílias no Portugal Contemporâneo*” (Wall *et al.* 2000), a qual analisa, entre outras dimensões, a trajetória matrimonial dos casais. Este estudo aponta para uma progressiva importância da coabitação como fenómeno de entrada na conjugalidade, a chamada coabitação pré-nupcial ou casamento de ensaio, a par da existência de uma coabitação de longo curso que, embora, ao que tudo indica minoritária,¹² surge associada a famílias de maior dimensão e mais desprovidas de recursos socio-económicos.

As características deste último tipo de coabitação, que tende claramente para uma situação estável ou duradoura, são confirmadas a partir de outro trabalho recentemente publicado sobre os nascimentos fora do casamento (Ferreira e Aboim, 2002).

A pesquisa de Pedro Ferreira e Sofia Aboim baseia-se no tratamento e na análise de uma base de dados relativa às estatísticas demográficas do INE do ano de 2000. Segundo estes dados, a coabitação de longo curso dos sectores mais desqualificados representa cerca de 20% dos casais que têm filhos fora do casamento, a coabitação de entrada na parentalidade, em que ambos os progenitores são solteiros, diz respeito a 48,6% dos casais, e 31,5 % fazem parte das chamadas famílias recompostas¹³ (op. cit.: 424 e 440).

A principal descoberta deste estudo refere-se ao facto de a coabitação de casais com filhos corresponder a uma população de onde emergem situações de vulnerabilidade ou desfavorecimento social relativas a uma série de variáveis significativas, tais como desemprego ou inactividade, nível de escolaridade e estatuto sócio-profissional.

A abordagem da coabitação no âmbito deste trabalho, contraria a perspectiva de alguns autores, europeus e norte-americanos, os quais tendem a associar a coabitação a formas modernas de funcionamento conjugal e familiar baseadas numa crescente

¹² Dos 1776 casais inquiridos (de idades entre os 25 e os 49 anos e com filhos em idade escolar), 16 % tinham coabitado antes de casar, enquanto apenas 4% permaneciam em união de facto no momento do inquérito. A amostra incluiu 277 casais que viveram, ou vivem ainda, em coabitação (Wall, op. cit.).

¹³ Tratam-se de casais coabitantes com um filho em comum mas que, à semelhança das situações de recomposição familiar com vínculo formal, pelo menos um dos parceiros tem, e vive, com um filho (ou mais que um) de um casamento ou relação anterior.

autonomia feminina e em papéis de género mais indiferenciados (Bozon, 1991a; Prinz, 1995; Roussel, 1989; Glick e Spanier, 1980). Em abono desta perspectiva, argumenta-se com os índices mais elevados de actividade profissional das mulheres coabitantes e com a partilha mais igualitária do trabalho doméstico encontrados em algumas investigações empíricas (Glick e Spanier, op. cit.; McRae, 1993; Singly, 1986a).

Em Portugal, as situações de não actividade atingem cerca de 40% das mães coabitantes (contra 21% das mães casadas), e as profissões menos qualificadas ou remuneradas, bem como os níveis de instrução mais baixos, encontram-se de forma mais acentuada nas mulheres coabitantes do que nas casadas (Ferreira e Aboim, op. cit.: 416). Face a estas evidências, os autores concluem que a coabitação de casais com filhos, cuja tendência é precisamente para adiar ou excluir o casamento de forma durável, deixa entrever, mais do que o casamento formal, modelos de conjugalidade atravessados por fortes diferenciações de género.

Deste estudo ficaram de fora as uniões informais que terminam em casamento antes da chegada de um filho e que, como os próprios autores admitem, poderão estar associadas a grupos com maiores recursos económicos ou capitais escolares e profissionais.

Ainda segundo este trabalho, a coabitação com filhos dos grupos intermédios, por contraponto às situações de maior precariedade económica e social, surge associada a percursos mais informais e a entradas faseadas na vida conjugal e familiar – coabita-se pela primeira vez, ou após uma ruptura conjugal anterior, em vez de casar e tem-se filhos fora dos laços institucionais. Nesse sentido a coabitação aproxima-se de uma imagem moderna mas na medida em que tende a distanciar-se do modelo simétrico de conjugalidade (modelo segundo o qual o homem e a mulher trabalham os dois fora de casa e partilham as tarefas domésticas), afasta-se dessa imagem de modernidade.

Casarão estes casais um dia? Qual o significado da coabitação que dura para além do nascimento de um filho para quem vive junto pela primeira vez ou após uma conjugalidade anterior? Recusa do casamento, casamento adiado ou casamento à experiência? É provável que sim, que muitos destes casais venham a oficializar a sua união após a vinda do primeiro ou mesmo do segundo filho em comum, a avaliar pela expressão minoritária que apesar de tudo assume a coabitação de longo termo, esta última mais frequente entre os grupos mais desfavorecidos da sociedade portuguesa.

Neste aspecto, Portugal não parece seguir exactamente as tendências de outros países, como por exemplo a França ou a Bélgica, onde a partir dos anos 80 as uniões sem

papéis tendem a instalar-se no “longo termo”, ou a assumir um carácter mais duradouro, mas são simultaneamente, ao contrário do nosso país, provenientes de sectores sociais mais diversificados (Villeneuve-Gokalp, 1990; Toulemon, 1996; Bawin-Legros, 1988).

Bernadette Bawin-Legros atenta às relações entre tipos de coabitação e classe social conclui, a propósito da Bélgica, que a coabitação encarada apenas como uma fase de transição precedendo o casamento e a constituição de uma família é mais frequente nas classes populares do que na burguesia (op. cit.: 163). Em relação ao nosso país, a tendência parece ser a inversa já que são as classes populares, ou os seus sectores mais desqualificados, que adoptam a coabitação como substituto do casamento.

Com base nos trabalhos referidos (Wall *et al.*, 2000, Ferreira e Aboim, 2002), é possível desenhar os contornos, ainda imprecisos, de três grandes tipos de coabitação na sociedade portuguesa: **a coabitação de entrada na conjugalidade ou pré-nupcial** mais ligada, aparentemente, aos grupos dotados de maiores recursos económicos e/ou capitais escolares e profissionais, **a coabitação de entrada na parentalidade**, que perdura para além do nascimento do primeiro filho do casal, associada aos grupos de assalariados intermédios e aos operários (incluindo aqui parte da coabitação de recomposição familiar¹⁴) e, por fim, **a coabitação de longa duração ou união de facto**, que tende a substituir o casamento, característica dos grupos mais desqualificados ou situados na fronteira da exclusão social.¹⁵

A exploração posterior dos dados relativos aos 277 casais coabitantes, ou ex-coabitantes, que surgem na amostra do inquérito “*Famílias no Portugal Contemporâneo*”, dirigido a uma população com filhos, permitiu chegar a um leque mais diversificado de perfis de coabitação (Aboim, 2002). Sofia Aboim trabalhando esses dados, que têm a vantagem de incluir a história matrimonial dos casais, ultrapassando assim algumas das limitações das análises transversais obtidas de fontes secundárias (recenseamentos,

¹⁴ Segundo os dados do inquérito “*Famílias no Portugal Contemporâneo*”, a coabitação de recomposição familiar é, de todos, o tipo de coabitação cuja difusão toca todas as categorias sociais.

¹⁵ Todas estas correlações entre perfis de coabitação e grupos sociais necessitam de uma confirmação mais alargada, uma vez que o inquérito de 1999 (Wall *et al.*, 2000) abrange apenas 277 casais que viveram juntos antes de casar, situação mais frequente, ou vivem ainda em coabitação, e o estudo de Ferreira e Aboim (2002) abrange o universo dos casais coabitantes mas apenas aqueles que têm filhos. Uma tentativa para ampliar a informação existente e avaliar quais as lógicas e tendências predominantes correspondeu às diligências efectuadas, no início desta pesquisa, junto do INE para obter dados extensivos sobre a coabitação em Portugal e testar hipóteses levantadas nas pesquisas referenciadas. A propósito destas hipóteses, que poderão ser trabalhadas em futuras investigações ver, uma vez mais, o anexo 1.

estatísticas demográficas, etc.), dá-nos uma visão do que de mais recente se sabe sobre a coabitação em Portugal.

Procurando analisar a diversidade interna das experiências de coabitação, desta vez a partir de um estudo especificamente concebido com objectivos de investigação sociológica, a autora descobre cinco perfis ou modelos: o pré-casamento, a experimentação, a entrada na parentalidade, a união de facto de primeira conjugalidade e a união de facto recasamento.

O primeiro, que é também o tipo de coabitação que agrupa o maior número de casais, encontra similitude na «**coabitação de noivado**» proposta por Roussel (1986) e naquela que Villeneuve-Gokalp (1990) designa de coabitação como «prelúdio do casamento». Trata-se de uma experiência de duração relativamente curta, que antecede o enlace formal em cerca de um ano ou menos. Depois de casados os ex-coabitantes esperam ainda mais de um ano para terem o primeiro filho, destacando-se o carácter faseado da entrada na conjugalidade e na parentalidade, apesar da “pressa” que estes casais têm em “regularizar” a sua união quando comparados com a «experimentação».

O segundo tipo de coabitação transitória é aqui conotado com o «casamento de ensaio», muito embora o período relativamente longo de vivência em casal sem recurso ao casamento (4 anos em média), possa levar ao questionamento da pertinência do termo «**experimentação**» e do seu significado. Vários estudos, realizados quer em França, quer na Grã-Bretanha, mostram que a duração do chamado casamento de ensaio («*trial marriage*»), e de uma maneira geral da coabitação pré-nupcial respeitante às primeiras uniões, tende a ser mais curta, variando de um a três anos (Villeneuve-Gokalp, 1990; Kiernan e Estaugh, 1993; Ermisch, 2000; Ermisch e Francesconi, 2000¹⁶; Haskey, 2001).

A «experimentação» distingue-se do «pré-casamento» na medida em que os casais alargam por mais tempo o período de vivência informal, e afasta-se da «entrada na parentalidade» uma vez que o nascimento do primeiro filho dá-se apenas depois do casamento (cerca de um ano depois).

Trata-se de um perfil de coabitação que pela sua lógica de centramento no casal e de adiamento dos compromissos familiares - retarda-se o casamento e os filhos – assume

¹⁶ Cf. Ermisch, John e Marco Francesconi (2000), *Cohabitation in Great Britain: not for long, but here to stay*. *Journal of the Royal Statistical Society*, series A, 163 cit. in Haskey, 2001. Ver também dos mesmos autores, cf. Ermisch e Francesconi “Patterns of household and family formation” in Berthoud, R. e J. Gershuny (eds) (2000), *Seven Years in the Lives of British Families: Evidence on the dynamics of social change from the British household Panel Survey*, London, The Policy Press cit. in Jamieson *et al.* (2002): 373.

fundamentalmente uma orientação conjugalista. Os casais saem da coabitação informal quando querem constituir família e a transição do casal para família com filhos só acontece no quadro da instituição matrimonial. No pré-casamento, e mais ainda na experimentação, a entrada na conjugalidade dissociada do casamento e o modelo de instalação progressiva do casal sinalizam a ideia de modernidade, ao passo que os projectos de procriação surgem estreitamente ligados à ideia de institucionalização dos laços familiares.

Entre os casais pesquisados, a coabitação com filhos que termina em casamento (**«entrada na parentalidade»**), ainda que este só aconteça, significativamente, sete anos e meio depois do casal ter iniciado a sua vida em comum e seis anos depois do nascimento do primeiro filho (em média), é uma situação mais comum que a «experimentação». A marca distintiva deste tipo de coabitação transitória é, conforme assinala Sofia Aboim, a passagem para o formato de família com filhos durante o período de vivência informal. Estes casais parecem adiar constantemente o casamento por razões que não têm a ver directamente com a sua vontade ou os seus desejos mais íntimos, as suas ideias ou valores, mas devido a condições de vida que obstam à formalização da conjugalidade, tal como sugere, adiante, a observação do seu perfil sócio-cultural.

A «entrada na parentalidade» tende a aproximar-se da «união de facto» permanente («primeira conjugalidade») quando se analisam as posições sociais dos seus protagonistas, bem como variáveis de “temporalidade” conjugal. Em termos de idades, encadeamentos ou percursos-tipo, ambos os perfis revelam características comuns: as mulheres iniciam a conjugalidade bastante jovens (no primeiro caso mais de metade fê-lo antes dos 20 anos), e o intervalo entre o início da relação conjugal e o nascimento do primeiro filho é incomparavelmente menor que na «experimentação» e menor, também, que no «pré-casamento».

Para além de entrarem em casal mais cedo e passarem mais rapidamente para o formato de família nuclear, traços que partilham com a «entrada na parentalidade», os casais **«unidos de facto numa primeira conjugalidade»** revelam uma particularidade que os distingue de todos os outros – o tempo mais longo de namoro. Contrariando a tendência para o encurtamento do período que antecede a entrada na conjugalidade da generalidade dos coabitantes, estes casais namoram quase três anos. Enquanto que a coabitação de noivado e de experimentação parece transferir o tempo de namoro para “dentro” da própria coabitação, a união de facto dos casais em primeira conjugalidade assume uma lógica mais

próxima do casamento tradicional e das etapas de formação do casal (namoro, noivado ...) que o antecedem.

No grupo de casais que sempre viveram em união consensual (até à data do inquérito), a coabitação com carácter duradouro que se segue a uma separação ou divórcio, classificada como «**união de facto recasamento**», é uma situação claramente maioritária. Ao contrário do que acontece com a união de facto dos casais em primeira conjugalidade, destaca-se aqui a curtíssima duração do namoro - como se estes casais não tivessem “tempo a perder” - facto que não é alheio à idade mais avançada de ambos os cônjuges¹⁷.

O crescimento deste tipo de coabitação que dá lugar à formação de uma nova família com filhos (comuns e/ou de uniões anteriores), é habitualmente associado ao aumento do divórcio nas sociedades ocidentais (Prinz, 1995; Wu, 2000).

Enquanto que as uniões informais dos solteiros, mesmo quando existem filhos, terminam, mais cedo ou mais tarde, em casamento¹⁸, é provável que os divorciados portugueses vivam informalmente durante mais tempo, por serem, talvez, mais relutantes perante o casamento. Esta perspectiva é assinalada por John Haskey quando a propósito da Grã-Bretanha constata a maior duração das uniões dos divorciados: “Living in a cohabiting union may also be a longer-term living arrangement for the divorced than the single – whose informal unions tend either to be translated fairly quickly into marriage or to end in separation” (Haskey, 2001: 10).

A conclusão a que chega Sofia Aboim (2002: 2) de que “face aos casados, a coabitação significa metade do tempo de namoro, entrar na conjugalidade mais tarde e demorar mais tempo a ter filhos” merece ser discutida.

Torna-se evidente, através dos dados disponíveis sobre a sociedade portuguesa, que os casais que entram na conjugalidade por via informal namoram menos tempo: em média um ano e meio no caso dos coabitantes e mais de três anos no caso dos casados. Aqueles que optam por viver juntos numa primeira ou numa segunda conjugalidade têm, ao que parece, mais tendência para encarar a vivência em comum como o prolongamento do namoro enquanto que os que entram em casal directamente pela porta do casamento

¹⁷ As mulheres têm em média 28 anos e os homens 33,3 quando iniciam a relação conjugal, na qual pelo menos um dos parceiros já foi casado ou viveu uma conjugalidade anterior (Aboim, 2002: 4 e 5).

¹⁸ Excepto a situação minoritária dos unidos de facto numa primeira conjugalidade que, segundo o estudo que temos vindo a seguir, encerra uma prática substitutiva do casamento e diz respeito a uma população pouco qualificada (Aboim, op.cit.).

introduzem uma ruptura mais demarcada entre o «tempo do namoro» e o «tempo depois de casados».

No que diz respeito à análise da formação do casal, tendo como marco temporal o início da vivência em comum, apenas a «experimentação» se caracteriza, em termos médios, por uma entrada em casal um pouco mais tardia em relação ao casamento. Comparando apenas os casais que vivem juntos pela primeira vez (excluindo, portanto, a união de facto recasamento), nota-se que a coabitação de noivado corresponde ao perfil de coabitação que mais se aproxima do casamento em termos de idade de entrada na conjugalidade (22 anos).

Quanto à tendência para ter filhos mais tarde, ela é bastante acentuada na coabitação designada por experimentação, em consonância, aliás, com o perfil mais qualificado destas mulheres, mas o mesmo não acontece em relação aos outros perfis que neste aspecto não se distinguem substancialmente do casamento. À exceção do pré-casamento que alarga um pouco mais (cerca de dois anos e meio) o período entre o início da conjugalidade e o nascimento do primeiro filho, e principalmente da experimentação, situação em que os casais esperam cinco anos antes de terem filhos, os restantes casos aproximam-se ou têm um ritmo mais precoce de entrada na parentalidade em comparação com o casamento¹⁹.

Para além da distinção entre vários estilos de coabitação conjugal consoante a duração do período de vivência em comum, o carácter transitório ou permanente da experiência e a fase do ciclo familiar, Sofia Aboim (2002) procura ainda identificar os diferentes contextos sociais da coabitação.

A observação dos diferentes perfis segundo a classe social do casal mostra que, em termos globais, o pré-casamento e a experimentação estão ligados às classes superiores e às classes médias escolarizadas, isto é, aos empresários e dirigentes, às profissões intelectuais e científicas e às profissões técnicas e intermédias; a entrada na parentalidade reparte-se, fundamentalmente, pelo grupo intermédio constituído pelos empregados executantes e pelo operariado industrial enquanto que as primeiras uniões, de carácter eminentemente substitutivo do casamento, são mais frequentes entre os operários (op. cit.: 6).

¹⁹ No casamento a média é de dois anos e dois meses (2,2). No «pré-casamento», a média sobe para 2,6 e na «experimentação» os casais adiam 5 anos a chegada do primeiro filho. Na «união de facto» e na «entrada na parentalidade» a média aproxima-se dos dois anos do casamento, variando entre 1,8 e 1,9. Em termos globais, o nascimento do primeiro filho em comum ocorre cerca de dois anos (2,2) depois do início da conjugalidade para os casados e cerca de dois anos e meio (2,7) para o conjunto dos coabitantes (idem: 4).

A análise do capital escolar dos coabitantes, segundo o nível de escolaridade da mulher, constitui outro importante indicador da cumplicidade existente entre os vários modelos de coabitação e as características sócio-culturais de cada subpopulação. Em síntese: “(...) a coabitação transitória sem filhos – a de pré-casamento e mais ainda a de experimentação – predomina entre as mulheres com escolaridade superior e entre os casais de grupos sócio-económicos mais qualificados. Pelo contrário, as lógicas de coabitação inclusivas de filhos, seja a transitória coabitação de entrada na parentalidade, seja a mais duradoura união de facto, surgem sobrerrepresentadas entre as mulheres que não ultrapassaram o nível básico de ensino e entre os casais de meio operário e executante. A união de facto associada ao recasamento é, na verdade, o único estilo de conjugalidade que assume alguma transversalidade social” (idem: 6).

Numa análise mais detalhada nota-se, por exemplo, que embora o pré-casamento seja típico dos licenciados (40%), este estilo de coabitação reparte-se igualmente, em número significativo, pelos coabitantes que possuem o nível de escolaridade mais baixo (31,4%), e estudos de nível secundário (28,6%). O estilo de “noivado” inscrito neste perfil de coabitação não é, portanto, apanágio das classes mais favorecidas ou dos casais dotados de capitais escolares elevados²⁰. Já a experimentação parece estar mais de acordo com uma imagem moderna ao pressupor uma lógica de investimento na carreira profissional, ou de procura de compatibilização entre formação escolar e inserção profissional, antes do casal passar a trio (o que demora, como vimos, cerca de 5 anos) e de maior autonomia das mulheres – quase 30% possuem um diploma do ensino superior e cerca de 31 % frequentaram o ensino secundário.

De uma maneira geral, confirma-se a propensão para a manutenção da coabitação por parte de uma população com menos recursos e a opção por uma coabitação de perfil mais transitório por parte dos sectores mais qualificados que já tinha sido verificado em estudo anterior (Ferreira e Aboim, 2002).

Os dados sobre a coabitação que emergem do inquérito de 1999 (Aboim, 2002), mostram que a união de facto com características duráveis numa primeira conjugalidade é uma situação bastante mais rara (cerca de 8%). Mais uma vez o desejo eventual de casar não se traduz necessariamente na sua concretização devido a situações de maior

²⁰ Segundo a mesma fonte, 41% destes casais pertencem aos grupos sócio-económicos mais qualificados mas 33% são empregados executantes e 31 % são operários. O peso dos grupos mais qualificados surge de forma mais saliente na experimentação (31,4%) onde apenas 13% dos casais são empregados executantes e 12% são operários (Aboim, 2002: 6).

precariedade económica e à menor autonomia das mulheres “dando valia à ideia de que, tal como no passado, uma coabitação de matriz prolongada e familiar pode desenvolver-se (...) em meios mais descapitalizados” (Ferreira e Aboim, op. cit.: 7). Ou seja, parece poder concluir-se, em relação à sociedade portuguesa, que a coabitação vista como alternativa ao casamento não se desenvolve na «vanguarda da sociedade» ou nas elites mais cultivadas e contestatárias dos valores dominantes mas corresponde a uma lógica diferente afecta a grupos mais desfavorecidos.

Sendo as comparações com outros países sempre difíceis de obter devido a tratar-se de contextos sócio-culturais diferenciados, à inexistência de estudos ou às diferenças nas metodologias neles empregues, vários autores, europeus e norte-americanos, associam a coabitação, principalmente a coabitação com filhos, a sectores da população mais desfavorecidos (Berrington, 2001; McRae, 1993a e McRae, 1999 cit. in Smart e Stevens, 2000; Smock e Manning, 1997)²¹.

Apesar do carácter transitório da maioria da coabitação na generalidade dos países europeus (e também em Portugal), a duração das uniões dos coabitantes, provenientes de sectores sociais diversificados, tem vindo a aumentar de forma consistente desde os anos oitenta (Haskey, 2001), o que leva muitos autores a perspectivarem a coabitação como uma alternativa ao casamento (Villeneuve-Gokalp, 1990; Toulemon, 1996; Wu, 2000)²². Na década de setenta, a chegada de um filho incitava fortemente ao casamento, enquanto que nos anos mais recentes um número cada vez maior de casais não sente necessidade de casar para ter e educar um ou mais filhos (Toulemon, Villeneuve-Gokalp e outros, 1994).

²¹ A associação entre os nascimentos fora do casamento, com ou sem coabitação, e sectores da população mais jovens, menos escolarizados e menos profissionalizados, surge a propósito de pesquisas realizadas em países como a Dinamarca (Ottosen, 2001) e a Alemanha de leste (Cf. Kronietzka e Kreyenfeld, 2001, Non-marital births in Germany after unification. Comunicação apresentada na 5ª Conferência da ESA, Finlândia cit. in Ferreira e Aboim, 2002: 421). As pesquisas de Susan McRae na Grã-Bretanha mostram também que o desemprego, ou ter um trabalho desqualificado ou semi-desqualificado, é mais frequente entre os casais coabitantes com filhos a cargo do que entre os casados (McRae, 1993a e da mesma autora, cf. McRae 1999, *Changing Britain: families and households in the 1990s*, Oxford University Press cit. in Smart e Stevens, 2000: 17).

²² Em muitos países da Europa, já sem falar dos países escandinavos onde, segundo Berrington (2001), a coabitação tem uma duração mais longa, o tempo de permanência numa situação informal sem recurso ao casamento aumentou drasticamente. Na Holanda, o estudo de Latten e Graaf (1997) mostra que a percentagem de mulheres coabitantes que casaram num período de cinco anos após a entrada em casal desceu de 52% para 21% (cit. in Berrington, 2001: 81). Na França, Toulemon (1996) aponta as mesmas tendências: a permanência numa relação coabitante após 10 anos aumentou de 4 % para 16% para as uniões formadas, respectivamente, no início da década de 70 e por volta do início da década de 80.

Contudo, o futuro da coabitação e o significado que os seus protagonistas lhe atribuem permanece uma questão em aberto, e ainda por avaliar, na maior parte dos países, quer através das estimativas, quer das pesquisas até agora realizadas. É inegável que a coabitação cresceu em todos os estratos sociais e mudou, também, de características nos últimos anos (maior duração, mais inclusiva de filhos) mas, em particular, o significado das uniões de longo termo quanto às expectativas e ao desejo de permanência numa situação informal, ao seu percurso ou desfecho efectivo ou, ainda, relativamente à sua associação com grupos mais desfavorecidos, parece uma questão menos óbvia. A pesquisa qualitativa de Susan McRae (1993) na Grã-Bretanha mostra, por exemplo, que mesmo as mulheres que vivem juntas com o pai dos seus filhos há oito anos, ou mais, mantêm a intenção de casar em cerca de 40 % dos casos²³.

Talvez o problema esteja no próprio conceito de «alternativa» entendido no sentido forte do termo como «estilo de vida alternativo», já que a maioria das investigações mostra que os coabitantes de uma maneira geral tendem a ter uma atitude neutra perante o casamento, não são ideologicamente contra nem a favor, não vêem aí vantagens nem desvantagens, não fazem nenhuma distinção moral entre casamento e coabitação, nem estão grandemente preocupados com as consequências de uma ou de outra escolha (Jamieson *et al.*, 2002; Prinz, 1995; Kaufmann, 1993). A investigação conduzida por Dorien Manting na Holanda (1994)²⁴ sugere uma mudança no significado da coabitação

²³ Na Grã-Bretanha, a par do crescimento da ruptura conjugal, quer no casamento, quer na coabitação, o que torna as análises estatísticas complexas, parece que as uniões informais de longo termo, com 10 anos ou mais, não têm tendência nem para aumentar nem para diminuir, mantendo-se à volta dos 5 % em duas gerações de coabitantes (Cf. Clarke e Wright, 1997, Section 4: “How long and stable is cohabitation ?” [1-2]). De acordo com Ann Berrington (2001), a Inglaterra é comparável aos Estados Unidos uma vez que em ambos os países 60% das coabitações, iniciadas entre 1975 e 1984, acabaram em casamento ao fim de um período de 10 anos no máximo. Esta situação contrasta com a Suécia onde apenas 40% das uniões dos coabitantes nascidos em 1960 transitaram para o casamento após 10 anos de vivência em comum; 20% separaram-se enquanto os outros 40% permaneceram em união informal (Granstrom, 1997 cit. in Berrington, 2001: 81).

²⁴ Trata-se de uma investigação longitudinal, baseada em análises estatísticas multivariadas, que trabalhando os dados do Inquérito à Família e à Fecundidade de 1988, estuda perto de 6 mil mulheres nascidas entre 1950 e 1969. O estudo procura averiguar a influência de várias dimensões do «curso de vida» das pessoas, perspectivadas como estando não apenas relacionadas entre si mas também competindo umas com as outras (conjugalidade, educação, carreira profissional, filhos), na formação e dissolução das primeiras uniões. Uma das conclusões da autora é a de que prosseguir estudos longos, mais do que a inserção profissional, retarda a entrada na conjugalidade das mulheres, quer esta se faça de maneira formal ou informal. Apesar da coabitação na Holanda ser geralmente um fenómeno de duração relativamente curta, na opinião da autora o seu significado mudou ao longo do tempo, passando de protesto inicial contra o “padrão burguês de casamento” para uma maneira cada vez mais frequente de entrar progressivamente na conjugalidade - a ponto da entrada directa em casal através do casamento poder ser considerada

desde o início da expansão do fenómeno: “a coabitação começou por ser um estilo de vida alternativo, evoluiu para uma fase temporária antes do casamento, e, finalmente, tornou-se uma estratégia para entrar na conjugalidade gradualmente” (Manting, 1996: 53). Recorde-se que a ideia da formação progressiva do casal como sendo a característica mais notória da coabitação actual é igualmente partilhada por Kaufmann (1993), embora o autor, demarcando-se neste ponto da perspectiva de Manting, admita a existência de uma pluralidade de concepções e estilos de coabitação, que tanto pode ser encarada como uma fase transitória antes do casamento como uma alternativa «aceitável» ao casamento.

Em Portugal, os dados analisados por Sofia Aboim mostram que o tipo de coabitação dominante - a de noivado - é precisamente aquele que dura menos tempo, abrangendo mais de 30% dos casais. A seguir surge a coabitação dos casais que têm filhos fora do casamento numa primeira conjugalidade (22%) mas que acabam por (8 anos depois) «dar o nó», e a coabitação, porventura mais permanente, daqueles (cerca de 21%) que já viveram um casamento ou união anterior (Aboim, 2002). Nota-se, com base neste estudo, que a coabitação de «experimentação» agrupa apenas 18% dos casais mas juntamente com a primeira (o «pré-casamento» ou «noivado»), perfaz metade dos casais da amostra que se enquadram numa coabitação de recorte conjugalista, e mais qualificado, por oposição ao formato mais familialista, e socialmente mais desfavorecido, dos outros perfis. A coabitação dos casais numa segunda conjugalidade é, como se disse, bastante diversificada do ponto de vista da pertença social.

Embora seja prudente não esquecer que estamos a falar de quantitativos baixos (277 casais), esta pesquisa vem reforçar a ideia da transitoriedade associada à coabitação em Portugal. Quer se trate de uma etapa fugaz ou de uma fase de consolidação do casal mais ou menos prolongada, quer se trate de uma coabitação com filhos, a opção pelo casamento, ainda que este possa ocorrer numa fase bastante adiantada do percurso conjugal e familiar, acaba por ser o desenlace mais frequente.

Se é verdade que as tendências, significados e lógicas predominantes na sociedade portuguesa restam ainda, em grande parte, por avaliar, é certo, porém, que a impressão que se recolhe destas análises é a da diversidade de situações, de percursos e de modelos de funcionamento conjugal associados à coabitação no nosso país, à semelhança do que é sugerido em vários trabalhos a propósito de outros contextos e países (Roussel, 1986; Villeneuve-Gokalp, 1990; Kaufmann, 1993; Smart e Stevens, 2000a).

actualmente um comportamento desviante (Manting, 1994: 179).

ANÁLISE SOCIOGRÁFICA DOS COABITANTES EM PORTUGAL: DEZ ANOS DE EVOLUÇÃO (1991-2001)

O que nos dizem as estatísticas oficiais acerca das características da coabitação na transição dos anos noventa para o novo milénio? Quem são os coabitantes? Pela primeira vez dispomos de informação de carácter extensivo, dada a sua inexistência anterior ao recenseamento de 1991, que nos permite seguir, grosso modo, as principais tendências do fenómeno num período de 10 anos e as modalidades da sua difusão na sociedade portuguesa.

Quadro 1 – Coabitantes e casados por sexo no total da população residente 1991 e 2001

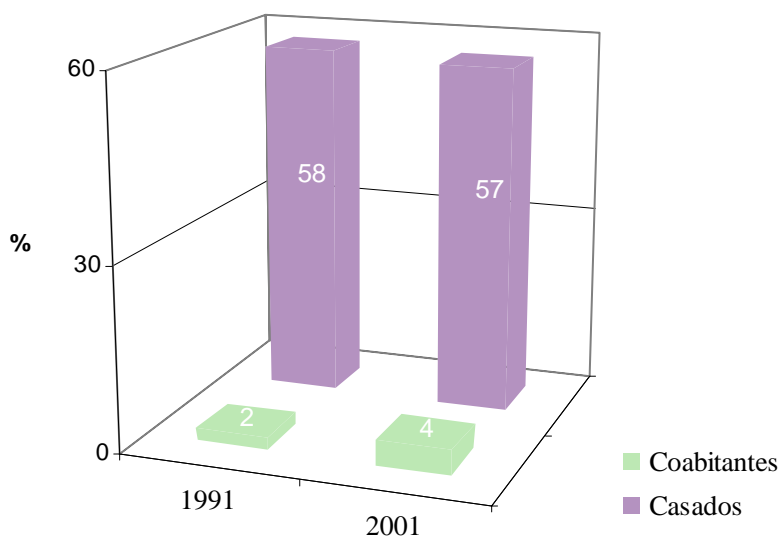
	Total			Coabitantes			Casados		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
1991	8380947	3995803	4385144	194315	97081	97234	4817662	2406608	2411054
%				2,3	2,4	2,2	57,5	60,2	55,0
2001	9051698	4332742	4718956	381120	187796	193324	5139592	2571823	2567769
%				4,2	4,3	4,1	56,8	59,4	54,4

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Portugal)

Os dados relativos aos dois últimos recenseamentos (ver quadro 1 e gráfico 2), mostram aquilo que já é do conhecimento geral: **a coabitação em Portugal duplicou nos últimos 10 anos**. Apesar de ainda nos encontrarmos distantes dos valores médios dos países europeus²⁵, em termos absolutos o número de coabitantes ultrapassa hoje os 380 mil.

²⁵ Ver gráfico 1 apresentado anteriormente.

Gráfico 2 - Coabitantes e casados no total da população residente



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Portugal)

Conforme podemos verificar através do gráfico 3, existem diferenças significativas, em termos da própria incidência do fenómeno, para não falar já das suas características, nas diferentes **regiões do país**. Lisboa e Vale do Tejo, o Alentejo e o Algarve continuam a ser as regiões onde a coabitação tem maior número de adeptos.

De 1991 para 2001 registaram-se contudo algumas variações: o Algarve continua a figurar em primeiro lugar mas a região de Lisboa que estava em terceiro passou a ser a segunda região do país com maior número de pessoas a viver em casal sem recurso ao casamento e o Alentejo foi a região onde o número de coabitantes cresceu menos; este facto está possivelmente relacionado com o elevado índice de envelhecimento populacional que afecta a formação de casais nesta região²⁶.

²⁶ Segundo os indicadores demográficos do INE, em 1998 o Alentejo é a região do país que apresenta o maior índice de envelhecimento (150.9 %). Cf. O País em Números 1991-1999, Portugal INE (CD-ROM).

Gráfico 3 - Coabitantes por região no total da população residente

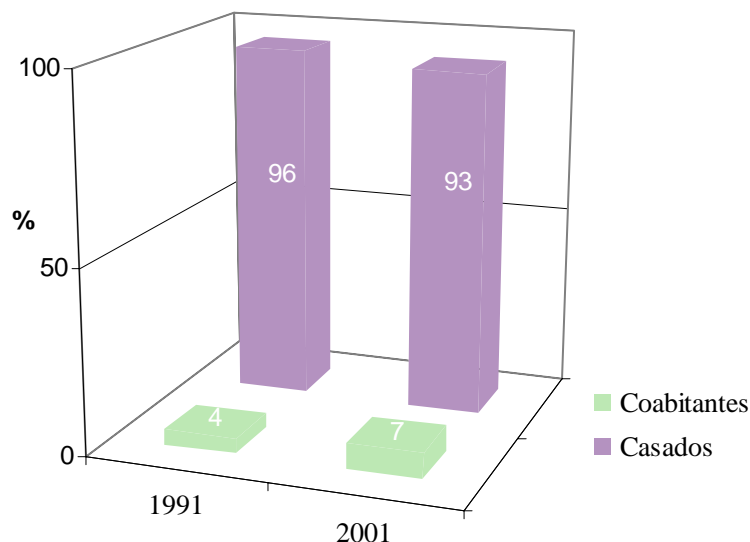


Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Portugal)

O crescimento das uniões informais e o recuo do casamento em Portugal tornam-se mais visíveis se observarmos o número de coabitantes e casados no total das pessoas que vivem em casal (gráfico 4). Parece que a deserção face ao casamento legal, ainda que baixa no contexto europeu, é largamente compensada pelo aumento da coabitação – temos menos 3 % de casados e mais 3% de coabitantes.

A análise das diferenças entre casados e coabitantes (quadro 1) quanto à distribuição dos indivíduos por sexo, revela que o número de mulheres casadas é sempre menor que o número de homens (menos 5%); no caso da coabitação o número de homens e mulheres tende a ser idêntico, quer em 1991 quer em 2001. O que à partida parece ser um indicador de igualdade entre os sexos reflecte profundas assimetrias.

Gráfico 4 - Coabitantes e casados no total de pessoas a viver em casal



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Portugal)

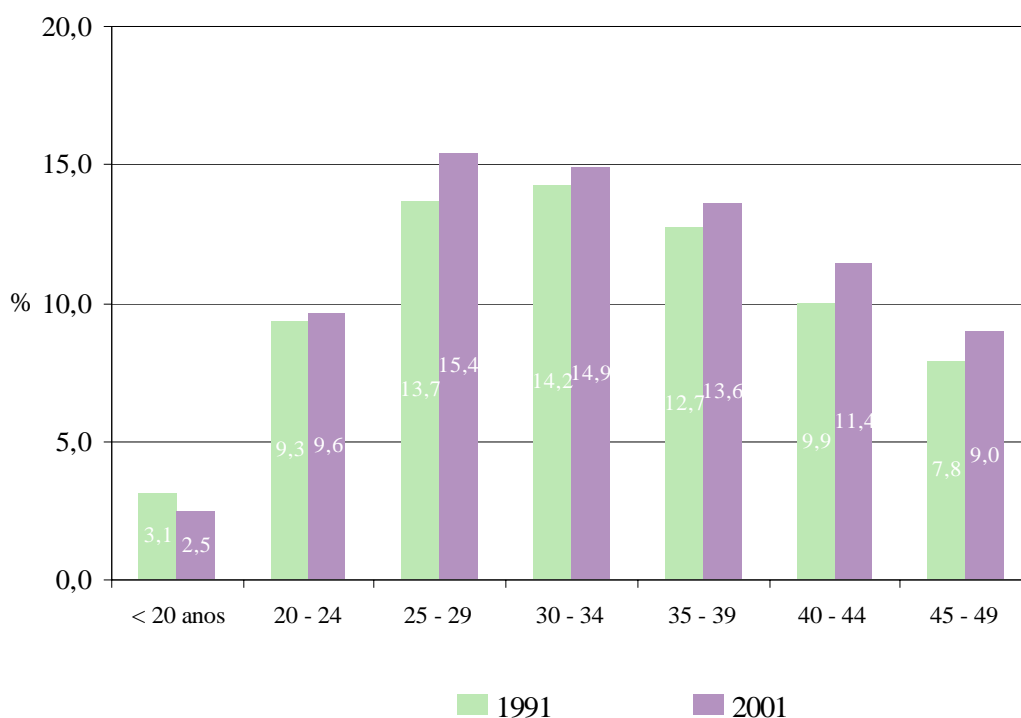
Apesar dos dados dos recenseamentos mostrarem um equilíbrio entre os sexos relativamente à prática da coabitação em termos gerais, foi possível verificar através de outra pesquisa (Ferreira e Aboim, 2002), que a coabitação com filhos de conjugalidades anteriores é mais expressiva no caso das mulheres do que no caso dos homens. Existe uma associação muito forte entre a existência de filhos de uniões anteriores e mães coabitantes e sós (op. cit.: 420 e 431).

É conhecida a tendência para as mulheres com filhos de relações anteriores serem excluídas do casamento, enquanto que os homens, mesmo com filhos, voltam mais frequentemente a casar. Esta diferença pode ser explicada pelo facto dos filhos permanecerem normalmente com as mães. A presença de filhos tende a produzir uma desvalorização da posição das mulheres face ao mercado matrimonial, e a afastá-las do casamento, de forma muito mais nítida do que no caso dos homens.

Sendo assim, a coabitação para as mulheres com filhos de outras relações, sobretudo quando aliada a situações sociais desfavorecidas, parece significar uma alternativa ao casamento mas de estatuto inferior, tendo em conta os recursos simbólicos, e também materiais, que o casamento é suposto garantir.

A observação das idades dos que vivem juntos sem estarem casados (gráfico 5), mostra-nos que a coabitação é mais expressiva nos **grupos etários** dos 25 aos 39 anos. Trata-se, portanto, maioritariamente, de uma população de adultos jovens, em idade fértil, em que é usual entrar em casal, sair e (re) constituir família.

Gráfico 5 - Coabitantes por grupo etário



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Continente)

O facto do maior número de coabitantes se situar na faixa etária dos 25-29 anos, a qual corresponde exactamente às idades onde ocorre o maior número de casamentos em Portugal, significa que os portugueses tendem a casar e a viver juntos em idades semelhantes, e cada vez mais tarde, seguindo neste aspecto a coabitação um padrão aparentemente idêntico ao do casamento²⁷.

²⁷ Tomando 2001 como ano de referência, perto de 75% dos portugueses casaram com idades entre os 25 e os 29 anos. Actualmente, este grupo etário constitui a classe modal na distribuição dos casamentos por idades em Portugal, a qual tem vindo a substituir gradualmente, desde o início da década de 90, o grupo etário dos 20 aos 24 anos. Cf. Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas Demográficas, 2001 e 2002, INE Portugal. Embora não se disponha de dados extensivos acerca da idade dos homens e das mulheres no começo da coabitação, parece

A percentagem relativamente elevada de pessoas a viver em união de facto nos grupos etários menos jovens acima dos 30 anos e, em particular, o crescimento de 1991 para 2001 no grupo dos 40-44 anos, revela a importância crescente daqueles que saídos de uma ruptura conjugal anterior vêm engrossar as fileiras da coabitação.

Quanto à coabitação nas faixas etárias mais jovens, os dados do último recenseamento vêm confirmar as conclusões já apresentadas anteriormente: em 2001 os coabitantes até aos 24 anos representam apenas cerca de 12 % do total de coabitantes. O número de coabitantes que têm menos de 20 anos também diminuiu ligeiramente de 1991 para 2001, o que talvez possa ser atribuído a uma diminuição dos casos em que a coabitação acontece em idades muito jovens devido a uma gravidez não planeada.

O gráfico 5 mostra-nos claramente que a difusão da coabitação junto dos jovens até aos 24 anos é inferior à verificada nas faixas etárias acima, em particular dos 25-29 e dos 40-44 anos, idades onde ocorre o crescimento mais significativo da coabitação em Portugal²⁸. Em termos da expressão quantitativa do fenómeno, estes dados levam-nos a concluir que a coabitação dos mais jovens (tendencialmente sem filhos), encarada como uma fase informal de experimentação e de selecção de parceiros, tem menos importância que a coabitação como porta de entrada para a constituição de uma família com filhos, quer na modalidade pré-nupcial, quer como substituto do casamento, e que a coabitação de recomposição familiar.

Comparando a população de coabitantes até aos 29 anos com a de outros países europeus, Portugal em 2001 apresenta uma percentagem de 13 %, enquanto que esse valor em 1997 ultrapassava já os 20% na vizinha Espanha e também na Irlanda; do conjunto de

haver neste aspecto uma aproximação em termos globais entre o casamento e a coabitação, à excepção dos casos muito minoritários em que a coabitação acontece em idades precoces. Este fenómeno não é certamente alheio à existência de obstáculos legais face ao casamento de menores: no ano de 2001, em contraste com a total ausência de casamentos, registaram-se 267 casos de jovens coabitantes na faixa etária dos 12 aos 14 anos (Censos 2001).

²⁸ Apenas mais uma nota que poderá ajudar a esclarecer a questão da coabitação juvenil em Portugal: se em relação ao total da *população residente* notamos uma maior adesão dos mais jovens à prática da coabitação (de 1991 para 2001, a coabitação praticamente duplica nos grupos etários até aos 20 anos e dos 20 aos 24 anos), a sua representatividade torna-se mais fraca quando comparada com a *população de coabitantes* de todas as idades (Gráfico 5). Em relação à primeira categoria, a evolução de 1991 para 2001 em termos percentuais é a seguinte: até aos 20 anos os coabitantes passam de 0,5 para 0,9; dos 20 aos 24 anos sobem de 2,4 para 4,6 – recorde-se que o valor médio nacional da coabitação em 2001 é de 4% –; dos 25 aos 29 o acréscimo é nitidamente maior, de 3,7 para 7,2 (percentagens calculadas sobre a população residente em cada faixa etária, Censos 1991 e 2001, Portugal).

países da comunidade europeia, apenas a Itália e a Grécia apresentam níveis de coabitação idênticos ao de Portugal nas gerações mais jovens²⁹.

Em relação ao nosso país, parece também poder concluir-se que a experimentação do casal, e o acesso a uma vida a dois, quer esta se faça de maneira formal ou informal, tende a ser retardada, enquanto que na generalidade dos países europeus, e nos Estados Unidos, a vivência da conjugalidade começa mais cedo por intermédio da coabitação.

Manning e Smock (1995) observam, a propósito da sociedade norte-americana, que a média de idade do casamento aumentou significativamente nas últimas duas décadas, enquanto que a média de idade da entrada em casal se manteve relativamente constante³⁰. Devido à grande incidência que a coabitação pré-nupcial tem actualmente num grande número de países, os investigadores distinguem o casamento do fenómeno mais vasto que constitui a formação de casais, salientando a importância da análise das biografias e momentos de transição (Brown, 2000; Berrington, 2001; Bumpass e Raley, 1995; Haskey, 1999; Manning e Smock, op. cit.; Kaufmann, 1993).

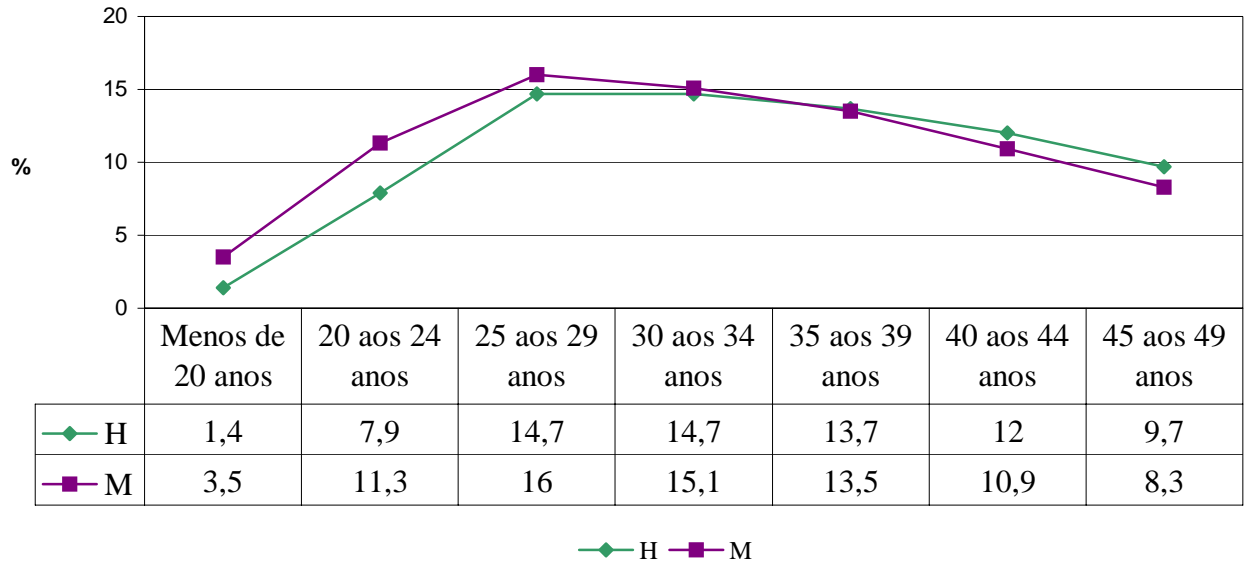
Apesar das limitações dos recenseamentos que dificilmente dão conta dos itinerários dos casais, o cruzamento entre as variáveis sexo e grupo etário (gráfico 6) permite fundamentalmente a seguinte leitura: a percentagem de mulheres coabitantes nas faixas etárias até aos 24 anos é claramente superior à dos homens, o que parece revelar a tradicional «décage» entre a idade do homem e da mulher no casal; quando a coabitação acontece nos grupos etários mais jovens, a diferença de idades entre os dois sexos tende a ser maior, sendo provavelmente as mulheres bastante mais jovens que os homens no começo da coabitação.

No grupo etário dos 25-29 anos, idades onde o número de coabitantes é, como vimos, maior e onde é também mais intensa a formação de casais através do casamento, parece haver, na coabitação, inclinação para escolher um parceiro de idade semelhante.

²⁹ Ver gráfico 1 apresentado anteriormente.

³⁰ Nos Estados Unidos, a proporção de jovens adultos que entram numa primeira união mantém-se praticamente a mesma desde os anos setenta – a diferença é que hoje em dia a primeira conjugalidade começa frequentemente pela coabitação e não pelo casamento (Ver Manning e Smock, 1995 e também Thornton, 1988).

Gráfico 6 - Coabitantes por sexo e grupo etário



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Continente)

Ao contrário do casamento,³¹ a coabitação parece revelar, à exceção dos mais jovens, uma propensão relativamente maior para a aproximação dos dois sexos em termos etários, o que poderá indiciar também modos de relacionamento mais igualitários noutras dimensões da conjugalidade. A tendência inverte-se a partir dos 40 anos. Com efeito, os dados relativos à distribuição dos coabitantes por idade e sexo mostra que a incidência da coabitação no feminino e no masculino é idêntica entre os 25 e os 39 anos, idades onde ocorrem com mais frequência as primeiras conjugalidades e a passagem do casal para família com filhos. Se até aí o desequilíbrio entre os sexos, sobretudo na faixa etária entre os 20-24, é favorável às mulheres, que supostamente coabitam com homens mais velhos, a partir dos 40 anos o número de homens coabitantes começa a ultrapassar o das mulheres a viver na mesma situação. Ora, é precisamente a partir desta idade que a coabitação de

³¹ Em 2002, no grupo etário dos 25-29 anos casaram 42% de homens contra apenas 37% de mulheres. Cf. INE, Estatísticas Demográficas, 2002, op. cit. Em 2001, no mesmo grupo etário, coabitam 16% de mulheres e apenas 14,7 % de homens. Neste grupo etário, onde é mais expressiva a formação de casais, quer através do casamento, quer através da coabitação, a diferença entre sexos é muito maior no casamento (de 5 pontos percentuais no casamento contra 1,3 na coabitação). A tradicional diferença de idades no casal parece ser assim mais típica do casamento do que da coabitação.

recomposição familiar começa a ser mais saliente, o que vem, uma vez mais, confirmar a maior dificuldade das mulheres acima dos 40 anos em entrar na conjugalidade, sobretudo quando se trata de repetir a experiência tendo filhos de uniões anteriores.

A par da idade e do género, a análise dos coabitantes por **grupo sócio-económico** dá-nos uma ideia de quem são as pessoas que vivem em união de facto. Em termos globais, se a coabitação é mais expressiva nos grupos assalariados intermédios, em particular nos empregados administrativos do sector terciário, e entre os trabalhadores não-qualificados, por outro lado, ela constitui também uma opção das classes mais favorecidas, incluindo as do topo da hierarquia social (ver quadro 2).

A análise das diferenças percentuais entre efectivos de coabitantes e casados em cada grupo sócio-económico permitiu chegar a algumas conclusões interessantes, ainda que com as limitações inerentes ao carácter transversal dos recenseamentos que nada nos dizem sobre o carácter temporário ou duradouro das uniões de facto.

Antes de se proceder a uma análise mais fina dos resultados obtidos, convém esclarecer o modo como foram reagrupadas algumas categorias sócio-profissionais.

A junção dos “empresários” e dos “directores e quadros dirigentes do Estado e das empresas” (originalmente separados na classificação do INE), da qual resultou o grupo dos “Empresários e Quadros Dirigentes”, não é arbitrária, uma vez que se baseia na ideia de que ambas as categorias pertencem à mesma classe social, nem é consensual, remetendo para uma velha discussão da sociologia das classes e da estratificação social. Partindo do princípio de que se trata de facto de dirigentes do “topo” (mais “abaixo” o INE considera a categoria dos “dirigentes de pequenas empresas e organizações”),³² seguiu-se, neste caso, as propostas teóricas já clássicas de autores como Poulantzas (1974). Nesta perspectiva, o poder económico e o poder dirigente ligados respectivamente à propriedade económica e à posse correspondem ao lugar do capital. O conceito de posse significa que na ausência de propriedade jurídica existe, contudo, um controle da força de trabalho e dos meios de produção. Olin Wright, contesta esta formulação introduzindo o conceito de “lugares contraditórios de classe” para designar as posições ambíguas na estrutura social, como é o caso dos gestores. Dirigentes e gestores participam por vezes de forma muito limitada, quer na propriedade, quer na posse, e não podem por isso ser globalmente considerados como fazendo parte da burguesia (Wright, 1981).

³² Seguindo a mesma lógica, juntámos aos “pequenos patrões” os “dirigentes de pequenas empresas e organizações”, criando o grupo dos “Pequenos patrões e Gerentes”.

Vários autores chamam a atenção para a necessidade do uso controlado de categorias sócio-profissionais padronizadas, para que não se perca de vista, quer os seus fundamentos teóricos, quer as suas implicações interpretativas, debruçando-se igualmente sobre o problema da sua reconversão em classes sociais (Costa, 1999)³³.

Colocado este parêntese teórico-metodológico, prosseguimos a análise dos dados contidos no quadro 2.

Em relação à burguesia empresarial e dirigente, à pequena burguesia proprietária e ao grupo dos profissionais e trabalhadores independentes, não há diferenças significativas na proporção de coabitantes e casados. A excepção vai para o caso dos independentes do sector primário (agricultores e outros). O facto dos coabitantes estarem em paridade com os casados nas profissões intelectuais, científicas e técnicas no interior de cada um dos grupos referidos, parece indicar que a associação entre capital escolar e qualificações profissionais tem mais impacto que o factor património na adesão à prática da coabitação.

A interpretação baseada na importância do capital escolar na discriminação dos comportamentos face à conjugalidade já não se apresenta tão linear quando observamos as classes assalariadas.

Os coabitantes estão menos representados que os casados, embora as diferenças sejam pouco significativas, nos quadros intelectuais e científicos e nos quadros técnicos, sectores com qualificações escolares e/ou profissionais elevadas, sendo o seu número já ligeiramente superior nos quadros administrativos. Isto é, o contingente de coabitantes tende a aumentar à medida que se desce em direcção à base da pirâmide social, excluindo contudo os coabitantes com origem operária. Em relação aos operários, não se pode dizer que a coabitação seja uma prática muito popular no meio operário, sobretudo nos sectores mais qualificados, já que a percentagem de casados é significativamente superior à dos que vivem juntos (a diferença é de cerca de 3%). Os coabitantes estão sobrerrepresentados no grupo dos assalariados intermédios e o peso dos trabalhadores não qualificados é claramente superior do lado dos coabitantes, comparativamente com os casados. Mas mais uma vez são os trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços, não qualificados, que contribuem mais para essa diferença (de cerca de 3 % entre casados e coabitantes).

³³ Para além do contributo recente de Firmino da Costa (op. cit.), ver também cf. Costa, Lima e Dores (1991), Classificação de profissões nos censos de 1991, Sociologia, Problemas e Práticas, nº 10.

Quadro 2 – Coabitantes e casados por grupo sócio-económico
(em percentagem)
2001

Grupo Sócio-Económico	Coabitantes	Casados
Empresários e Quadros Dirigentes	3,6	3,8
c/ prof. intelect., científicas e técnicas	0,2	0,2
da indústria, comércio e serviços	1,1	1,1
do sector primário	0,0	0,0
Directores e quadros dirigentes do estado e empresas	2,3	2,5
Pequenos Patrões e Gerentes	8,4	9,9
c/ prof. intelectuais e científicas	0,6	0,5
c/ prof. técnicas intermédias	0,7	0,6
da indústria, do comércio e serviços	6,5	8,0
do sector primário	0,3	0,4
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	0,5	0,4
Independentes	6,4	8,4
Profissionais intelect. e científicos	0,3	0,2
Profissionais técnicos intermédios	0,4	0,3
Trabalhadores industriais e artesanais	2,2	2,7
Comerciantes e prestadores serviços	2,4	2,6
Agricultores e outros trab. do sector primário	1,1	2,5
Quadros	14,0	14,7
Quadros intelectuais e científicos	6,1	6,8
Quadros técnicos e intermédios	6,6	6,8
Quadros administrativos intermédios	1,3	1,1
Empregados Administrativos do Comércio e Serviços	23,9	20,2
Operários Qualificados e Semi-qualificados	24,2	27,5
Assalariados do sector primário	1,8	1,6
Trabalhadores Não Qualificados	17,0	13,3
Trabalh. administ. comércio e serviços	13,2	10,0
Operários	3,8	3,3
Trabalhadores do sector primário	0,0	0,0
Pessoal das forças armadas	0,5	0,5
<i>Total</i>	100,0	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 2001 (Continente).

Da análise dos coabitantes por grupo sócio-económico em 2001 sobressai a seguinte conclusão: é nitidamente no grupo dos empregados administrativos do comércio e dos serviços que a coabitação tem mais adeptos³⁴ e é no grupo dos agricultores e de outros trabalhadores independentes do sector primário onde ela tem menos adeptos. Acresce ainda referir o que parece ser uma propensão dos coabitantes das classes superiores e das classes médias não assalariadas para serem recrutados preferencialmente entre aqueles que dispõem de capitais profissionais e escolares elevados. Veja-se o caso, pela negativa, dos pequenos patrões da indústria, comércio e serviços que não exercem profissões intelectuais ou profissões técnicas intermédias, onde a percentagem de coabitantes é consideravelmente mais baixa. Inversamente, nas classes assalariadas, os coabitantes são recrutados sobretudo entre aqueles que não possuem qualificações profissionais e escolares elevadas, mais precisamente entre os grupos intermédios do terciário e os trabalhadores não qualificados; o universo operário tende a excluir a coabitação, embora esta também possa surgir nos meios operários desqualificados.

A evolução da coabitação entre os dois momentos censitários (quadro 3), traduz-se num aumento generalizado que toca todos os meios sociais.

Na pequena burguesia independente e proprietária, o número de coabitantes desceu de forma acentuada (cerca de 8%), em particular no grupo dos pequenos comerciantes e agricultores independentes. Este facto reflecte possivelmente o emagrecimento destes grupos na estrutura social portuguesa e os processos de recomposição social que acompanham estas mudanças e não propriamente um recuo do fenómeno coabitação nestes sectores da população.

A descida, ainda que pouco acentuada, da coabitação no grupo dos empresários e quadros dirigentes (menos 1,3 %), poderá ser apenas aparente devido às alterações introduzidas em 2001 na classificação dos grupos sócio-económicos, nomeadamente, através da exclusão da categoria dos empresários directores. Em todo o caso, e no que se refere aos coabitantes recrutados entre a burguesia profissional e dirigente (directores e

³⁴ Em França parece ter-se verificado a mesma tendência há cerca de 20 anos atrás quando a coabitação conheceu um rápido desenvolvimento e se popularizou. Um inquérito longitudinal realizado em 1985/86 pelo INED revelou que os sectores intermédios que tinham mostrado uma maior resistência a viver junto fora dos laços institucionais, comparativamente com os quadros superiores, passaram a ser, a partir dos anos 80, o grupo mais numeroso entre os coabitantes (Cf. Villeneuve-Gokalp, 1990: 279-280).

quadros dirigentes), o seu contingente tem tendência para se manter ou registar um ligeiro crescimento.³⁵

A comparação dos dados de 1991 e 2001, permite ainda observar um aumento dos coabitantes nas classes assalariadas com melhores qualificações escolares e profissionais – os quadros intelectuais e científicos e os quadros técnicos e intermédios – mas, por outro lado, uma subida equivalente, de cerca de 3%, dos trabalhadores administrativos do comércio e dos serviços não qualificados. Em relação aos operários, há uma subida da coabitação (2%) nos sectores mais qualificados, embora menos acentuada que nos outros grupos de assalariados (quadros e empregados), e uma descida da coabitação entre os operários não qualificados.

Os dados estatísticos dos dois últimos recenseamentos parecem indiciar, por um lado, uma tendência para a contenção da expansão da coabitação nos grupos melhor posicionados socialmente (empresários e quadros dirigentes), e por outro lado, uma tendência para a diminuição dos coabitantes entre os grupos mais desfavorecidos da população, atendendo ao decréscimo, ainda que ligeiro, dos coabitantes entre os trabalhadores não qualificados, nomeadamente do operariado³⁶.

É de facto no grupo dos «pequenos patrões e gerentes», no grupo dos «quadros» e no grupo dos «empregados administrativos» do sector terciário que a coabitação cresceu mais, em comparação com os grupos situados mais acima ou mais abaixo da escala social. Para além de ser maior, o ritmo de crescimento da coabitação é idêntico nos três grupos sócio-económicos assinalados (entre os 3% e os 3,5 %). Contudo, se juntarmos aos empregados administrativos do comércio e serviços os não-qualificados deste sector de actividade, o crescimento da coabitação neste grupo dispara para cerca de seis pontos percentuais, destacando-se, portanto, nitidamente, da média de crescimento dos outros grupos.

³⁵ O pedido de esclarecimento dirigido ao INE em Novembro de 2002 não obteve resposta, persistindo a dúvida se a coabitação realmente desceu, ainda que ligeiramente, no topo da escala social (na hipótese dos empresários directores terem sido incluídos noutra subcategoria de empresários ou então na categoria dos directores e quadros dirigentes do estado e das empresas), ou se a coabitação se manteve (na hipótese dos empresários directores terem sido transferidos do grupo dos Empresários e Quadros Dirigentes para outro grupo sócio-económico mais abaixo). No primeiro caso, o número de coabitantes da burguesia profissional e dirigente (directores e quadros dirigentes) manter-se-ia e, no segundo caso, registaria um crescimento de 1,3 %.

³⁶ Em comparação com os casados, o total de trabalhadores não qualificados diminui entre os coabitantes de 18,3% para 17,0% mas mantém-se constante entre os casados (13,3%), no período de 1991 para 2001.

Quadro 3 – Coabitantes por Grupo Sócio-económico
(em percentagem)
1991 e 2001

Grupo Sócio-Económico	1991	2001
Empresários e Quadros Dirigentes	4,9	3,6
Directores	1,2	-
c/ Prof. Intelect., Científicas e Técnicas	0,7	0,2
da Indústria, Comércio e Serviços	1,9	1,1
do Sector Primário	0,2	0,0
Directores e Quadros Dirigentes do estado e empresas	0,9	2,3
Pequenos Patrões e Gerentes	4,9	8,6
c/ Prof. Intelectuais e Científicas	0,2	0,6
c/ Prof. Técnicas Intermédias	0,2	0,7
da Indústria, do Comércio e Serviços	3,8	6,5
do Sector Primário	0,4	0,3
Dirigentes de pequenas empresas e organizações	0,3	0,5
Independentes	14,2	6,4
Profissionais intelect. e científicos	0,6	0,3
Profissionais técnicos intermédios	0,6	0,4
Trabalhadores industriais e artesanais	3,4	2,2
Comerciantes e prestadores serviços	6,2	2,4
Agricultores e outros trab. do sector primário	3,5	1,1
Quadros	10,5	14,0
Quadros intelectuais e científicos	4,4	6,1
Quadros técnicos e intermédios	4,7	6,6
Quadros administrativos intermédios	1,3	1,3
Encarregados e capatazes	0,5	-
Empregados Administrativos do Comércio e Serviços	21,1	23,9
Operários Qualificados e Semi-Qualificados	22,4	24,2
Assalariados do Sector Primário	2,4	1,8
Trabalhadores Não Qualificados	18,3	17,0
Trabalh. administ. comércio e serviços	9,9	13,2
Operários	5,5	3,8
Trabalhadores do sector primário	2,8	0,0
Pessoal das forças armadas	0,7	0,5
<i>Total</i>	100,0	95,9

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001 (Continente).

Por que razão ou razões são os empregados administrativos do sector terciário mais permeáveis à prática da coabitação?

Podemos apontar vários motivos, cuja confirmação depende em grande parte de um estudo qualitativo, entre eles, a crescente vontade de autonomia das mulheres, o enfraquecimento do controle social, bem como, por outro lado, as fracas remunerações e a precariedade dos vínculos contratuais ou a instabilidade de emprego que atingem largas franjas da população a trabalhar no comércio e nos serviços. Os casais provenientes deste grupo de assalariados intermédio tendem provavelmente a adiar o casamento até à melhoria profissional de um ou dos dois membros do casal, apresentando-se neste caso a coabitação como uma opção mais flexível que permite «deixar o futuro em aberto», enquanto que outros acabam, porventura, por instalar-se no longo termo após o nascimento dos filhos.

Vários autores sublinham o facto de serem as mulheres, mais que os homens, que preferem a coabitação ao casamento (Prinz, 1995; Kiernan e Estaugh, 1993).

A vontade de preservar a autonomia pessoal é também a principal razão que justifica, segundo Catherine Villeneuve-Gokalp (1990), a par da crise de emprego, o acentuado crescimento da coabitação verificado em França, desde os anos 80, junto das mulheres dos grupos intermédios. Menos autónomas e escolarizadas que o grupo anterior, as mulheres operárias preferem o casamento à coabitação, criando um efeito de travagem ao progresso da coabitação no seu meio (op. cit.: 279-280). O crescimento mais moderado da coabitação operária em Portugal, em comparação com o verificado no grupo dos quadros e dos empregados administrativos em igual período de tempo, torna legítima uma leitura semelhante no caso português.

A análise das tendências evolutivas da coabitação no nosso país, faz prever nos próximos anos, a par do movimento geral de expansão do fenómeno, um crescimento mais acelerado da coabitação junto das classes médias assalariadas e não assalariadas com qualificações de nível superior e médio. A existência de um perfil qualificado de coabitantes com tendência para aumentar, que alguns identificam como sinal de modernidade, não nos deve fazer esquecer, como nos mostram as estatísticas de 2001, o peso que têm na sociedade portuguesa os coabitantes pertencentes aos sectores mais desqualificados.

É possível presumir que são as situações de precariedade económica e social que “empurram” os grupos mais desprovidos de recursos para a coabitação e impedem a

integração desejada, de um ponto de vista subjectivo, num quadro familiar “regular”, como parece ser nitidamente o caso dos operários desqualificados. Esta interpretação alinha com alguns trabalhos realizados no âmbito da sociologia da família, os quais tendem a mostrar que a desvalorização dos laços institucionais e a emergência de novos modelos de conjugalidade se encontram associados às classes médias com elevados capitais escolares, enquanto que a valorização do casamento-instituição, em particular por parte das mulheres mais dependentes das vantagens simbólicas, materiais e legais associadas ao casamento, acontece sobretudo entre os grupos mais desqualificados em termos escolares e profissionais (Roussel, 1989; Kellerhals, 1982).

Os dados estatísticos apresentados, bem como os resultados das investigações realizadas no nosso país (e fora dele), reafirmam a importância das assimetrias sociais e de género na análise do desenvolvimento e diversidade do fenómeno coabitação. As uniões informais, seguidas ou não de casamento, assumem diferentes significados e podem ser vividas consoante o género e a posição social dos indivíduos mais como um constrangimento ou mais como uma opção.